



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 047/2017

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS

EDITAL Nº: 003/2017

ABERTURA: 02/10/2017 ÀS 14 HORAS

LOCAL: SALA DE REUNIÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DA PONTE METÁLICA

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE LUCENA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, e demais legislações pertinentes, torna público para o conhecimento dos interessados, que na data, horário e local acima, reunir-se-á a Comissão de Licitações com a finalidade de receber documentação e propostas da presente Tomada de Preços.

1 - DO OBJETO DA LICITAÇÃO:

1.1 - O presente edital tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de Reforma de uma Ponte Metálica de 18,00 m de Extensão, 4,00 m de Largura e 3,50 m aproximados de Altura, localizada sobre o Arroio Veado, na Rua Erny Oswino Prass, localidade de Picada Schneider. Com o fornecimento dos materiais e mão de obra para a execução dos serviços, tudo de acordo com a planilha orçamentária em anexo ao edital.

1.2 – O objeto dessa licitação será executado em regime de empreitada global.

1.3 - A descrição dos trabalhos, o modo de execução dos serviços, qualidade e quantidade dos materiais empregados constam nos documentos vinculados ao presente instrumento e correspondem a: Memorial Descritivo e Planilha Orçamentária, os quais integram a presente licitação, tudo consoante estipulado no artigo 47 da Lei 8.666/93.

1.4 - O licitante deverá realizar visita técnica, através de seu Responsável Técnico, para conhecer o local de realização dos serviços. Esta será realizada até um dia útil anterior à realização da licitação, no horário de expediente da Prefeitura, sendo marcada com, no mínimo, um dia de antecedência, junto à Secretaria Municipal de Obras pelo fone (51)3445.3011.

1.5 – Ao final da visita, o Município expedirá Comprovante de Visita Técnica que valerá como comprovante de realização da mesma e deverá integrar o envelope nº 01 (habilitação).

2 - DAS CONDIÇÕES:

2.1 - Não poderão participar do certame as empresas que se enquadrarem em quaisquer das seguintes situações:

I. Que tenha sido declarada inidônea e/ou suspensa temporariamente por qualquer Órgão Público Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;

II. Que esteja sob o regime de concordata, falência ou sob o regime de recuperação judicial ou extrajudicial, nos termos da Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

2.2 - Os impedimentos, se existentes, deverão ser declarados pela empresa, sob pena de responsabilidades administrativas e penais cabíveis nos termos da legislação vigente.

2.3 - Não será permitida a participação de empresa em consórcio na presente licitação.

2.4 - Poderão participar desta licitação as empresas legalmente constituídas na forma da Lei, que atenderem as exigências deste edital e anexos, exercerem atividade compatível com o objeto licitado, que estiverem previamente cadastradas no Sistema de Cadastro de Fornecedores deste Município e que apresentarem certificado válido, na data de abertura de recebimento dos envelopes



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

Edital Tomada de Preços nº 003/2017

de habilitação, bem como todos os documentos constantes na habilitação.

2.5 - As empresas interessadas em participar da presente licitação que não se encontram cadastradas ou cujo RC (Registro Cadastral) esteja com data de validade expirada deverão apresentar a documentação pertinente à habilitação, até o terceiro dia anterior à data de recebimento das propostas, conforme preceituado no artigo 22, Parágrafo Segundo, da Lei 8.666/93.

3 - DO REGISTRO CADASTRAL (RC):

Para efeitos de cadastramento, os interessados deverão apresentar os documentos abaixo relacionados, até o terceiro dia anterior a abertura das propostas do presente edital.

3.1 - Habilitação jurídica:

- a) Cópia autenticada da Cédula de Identidade ou documento que a Lei confere idêntica força (tais como, CNH, carteira de órgão CREA, OAB, CREMERS, etc.) do representante legal da empresa;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual.
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

3.2 - Regularidade fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado (DI/RE);
- c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal, Estadual e Municipal em vigor**;
- d) Prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituído por Lei;
- e) Certidão negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

3.3 - Qualificação técnica:

- a) Prova de registro da empresa licitante, junto ao CREA/RS (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), com validade na data de apresentação da proposta, devidamente atualizada em todos os seus dados cadastrais e contratuais inclusive no que tange a responsabilidade técnica, que deverá ser exercida por profissional de nível superior devidamente reconhecido pelo CREA/RS;
- b) Certidão de registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA/RS, pertinente ao Responsável Técnico da empresa licitante.

Observação: Para as empresas que possuem registro no CREA de outra jurisdição deverá ser apresentado visto para participar da licitação e realização de obras nos termos da Resolução n. 413/97 do CREA. Para o responsável técnico que tenha registro no CREA de outro Estado, deverá obter o visto do CREA/RS no seu registro, de conformidade com o disposto no artigo nº 58 da Lei Federal nº 5.194/66 e Resolução nº 1007/2003 do CONFEA.

3.4 - Qualificação econômico-financeira:

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida no máximo a 90 (noventa) dias da abertura dos envelopes, pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

Edital Tomada de Preços nº 003/2017

na forma da lei, registrado na Junta Comercial, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancete ou balanço provisório, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de três meses da data de apresentação da proposta.

O documento deverá ser assinado por profissional da área de contabilidade, legalmente habilitado, mencionando o número de registro no RC.

3.5 - Os documentos necessários ao cadastro deverão ser apresentados na forma original ou cópia autenticada por Tabelionato ou Cartório ou, ainda, por publicação em imprensa oficial (Diário Oficial). Também poderão ser autenticados na Prefeitura Municipal de Presidente Lucena, no Setor de Compras e Licitações, desde que as referidas cópias se façam acompanhar dos documentos originais, sendo esses últimos devolvidos após a autenticação requerida. Os documentos deverão estar com data de expedição não anterior a 90 (noventa) dias da data da licitação, se outro prazo de validade não constar dos documentos, ressalvados os documentos emitidos uma só vez para a licitante.

3.6 - Os documentos eletrônicos expedidos por intermédio da internet serão aceitos sem autenticação, sendo sua autenticidade verificada.

3.7 - As proponentes que possuírem RC dentro do prazo de validade deverão apresentar todos os documentos que ora são exigidos e não foram apresentados por ocasião da emissão do RC em vigor sob pena de não ser considerado para este processo. A apresentação dos documentos e a emissão de novo RC deverão se dar até o prazo final do cadastramento. Os documentos que expiraram durante a vigência do RC, relacionados à regularidade fiscal, qualificação técnica e qualificação econômico financeira deverão ser substituídos por novos que comprovem a regularidade atual, a serem apresentados no envelope de documentação, sendo dispensada a realização de novo RC. Porém, caso o licitante possua RC com data de validade expirada, deverá apresentar toda a documentação exigida deste edital para emissão de novo RC, cuja validade será de 01 ano.

4 – DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

4.1 - Cada empresa participante poderá ser representada por um procurador, sócio, gerente ou representante designado por instrumento próprio de representação, que será a única pessoa admitida a intervir em qualquer fase do procedimento licitatório respondendo, portanto, para todos os efeitos por sua representada. Será permitido que haja a nomeação de novo representante legal, mediante instrumento próprio (procuração ou carta de preposição devendo conter firma reconhecida do outorgante), para fins de firmar o contrato de fornecimento. Não é possível uma mesma pessoa representar mais do que uma licitante durante a licitação.

4.2 - Para representação é imprescindível a apresentação, pelo representante, dos seguintes documentos:

I. Cédula de Identidade ou documento que a lei confere idêntica força (CNH, carteira de Órgão de Classe, etc.);

II. Comprovante de Credenciamento: quando se tratar de representante ou procurador deverá apresentar procuração ou carta de credencial conforme modelo constante no anexo I deste edital, com firma reconhecida em Cartório. P.S: Quando a empresa for representada por sócio ou diretor, bastará a apresentação da cédula de identidade para fins de conferência com o ato constitutivo, estatuto ou contrato social que tenha sido apresentado no cadastramento.

4.3 - Todos os documentos, ora identificados, deverão ser entregues no local, dia e hora fixados neste instrumento.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

Edital Tomada de Preços nº 003/2017

4.4 - A não apresentação ou incorreção dos documentos de credenciamento não inabilitará a empresa. No entanto, impedirá o representante de se manifestar ou responder pela mesma em quaisquer das fases do procedimento.

5 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS E PROPOSTAS:

5.1 - Os documentos e as propostas exigidas no presente Edital deverão ser apresentados em 02 (dois) envelopes indevassáveis e lacrados, distintos e numerados de 01 a 02, na forma seguinte:

I - ENVELOPE Nº 01- DOCUMENTAÇÃO

Terá na parte externa as seguintes indicações obrigatórias:

AO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA/RS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2017
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2017
ENVELOPE Nº01—DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE (Razão Social)

II - ENVELOPE Nº 02— PROPOSTA FINANCEIRA

Terá na parte externa as seguintes indicações obrigatórias:

AO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA/RS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2017
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2017
ENVELOPE Nº 02— PROPOSTA FINANCEIRA
PROPONENTE (Razão Social)

6 – DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES 01 E 02:

6.1. O envelope Nº 01 deverá conter a seguinte documentação:

6.1.1. Registro Cadastral, fornecido por este Município, dentro do prazo de validade;

6.1.2. Comprovação de regularidade fiscal, qualificação técnica e econômico financeira, através dos documentos referidos nos itens 3.2, 3.3 e 3.4, **no caso** de terem vencido aqueles apresentados para a emissão do RC em vigor;

6.1.3. Comprovante de visita técnica fornecido pelo Município, conforme item 1.5 deste Edital;

6.1.4. Declaração assinada pelo representante legal do licitante de que concorda com todas as cláusulas do Edital, das especificações técnicas, memorial descritivo, projeto e os termos do contrato a ser firmado, bem como tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações assumidas em razão do objeto do presente edital;

6.1.5. Declaração assinada pelo representante legal de que a empresa não possui em seu quadro de funcionários menores de 18 anos, art. 27 inciso V da Lei 8.666/93 que determina o cumprimento no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

6.1.6. Declaração assinada pelo representante legal do licitante de inexistência de fato impeditivo na data de habilitação, conforme determinado no parágrafo segundo do artigo 32, da Lei 8.666/93;

6.1.7. Declaração emitida pelo licitante atestando que a empresa não possui em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

6.2 A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte será comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

6.2.1. Declaração do Contador que comprove enquadramento da empresa na Lei Complementar nº 123/2006, ou da Junta Comercial. Tanto a declaração do Contador quanto o documento da Junta



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

Edital Tomada de Preços nº 003/2017

Comercial não poderão ter sido expedidos há mais de 90 (noventa) dias da data de abertura dos envelopes de documentação.

6.3. As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), gozarão dos benefícios nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, desde que apresentem declaração firmada por contador de que se enquadram no limite de receita referido acima.

§ 1º A proponente que deixar de apresentar quaisquer dos documentos ou apresentar fora do prazo de validade será julgada inabilitada e não poderá participar das fases subsequentes do presente processo, sendo que seu Envelope Nº 02 – Proposta Financeira – não será aberto, sendo anexado ao processo licitatório ou ficando à disposição da empresa, para retirada, após decorridos todos os prazos recursais.

6.4. O envelope Nº 02 deverá conter:

6.4.1. Proposta financeira em moeda corrente nacional, especificando valores unitários e totais dos materiais e dos serviços preenchendo todos os campos, principalmente os subtotais de cada etapa especificando materiais e mão de obra conforme Planilha Orçamentária (anexos V), já computados todos os custos diretos e indiretos relativos ao objeto desta licitação. OBS.: a empresa deverá apresentar sua planilha de detalhamento de BDI e Encargos Sociais.

6.4.2. Validade da proposta – mínima de 60 dias.

6.4.3. A proposta financeira deverá ser assinada pelo representante legal da empresa e pelo responsável técnico pela empresa, cujo nome e CREA do responsável técnico deverão ser claramente identificáveis.

6.4.4. Dados bancários. Obs.: a conta bancária deverá estar obrigatoriamente em nome da empresa, não sendo aceitas contas de terceiros ou de sócios.

6.4.5. Os preços cotados deverão ser fixos e irrevogáveis durante a vigência do contrato.

6.4.6. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

6.4.7. Serão desclassificadas as propostas que não atendam as exigências deste ato convocatório de licitação, bem como as propostas com preços manifestamente inexequíveis, para o que será aplicado o disposto no § 1º e § 2º do Art.48, da Lei 8.666/93.

6.4.8. Os licitantes poderão utilizar padronização própria para apresentarem as informações e propostas solicitadas neste Edital. Deverão, contudo, observar, obrigatoriamente, que nas descrições haja a totalidade das informações para o completo atendimento e entendimento das exigências expressas neste instrumento.

7 - DO PROCEDIMENTO:

7.1 - No dia, hora e local, especificados neste Edital, a Comissão Julgadora, em sessão pública, receberá os envelopes contendo a documentação e a proposta financeira.

7.2 - Não serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou modificações à documentação ou proposta financeira, salvo quando requisitados pela Comissão, justificadamente, com finalidade meramente elucidativa.

7.3 - Abertos os trabalhos, os licitantes, através de seu representante legal ou seus procuradores/credenciados, deverão apresentar documento de identificação pessoal.

7.4 - Os dois envelopes serão recebidos, verificados os lacres, e a seguir serão abertos os envelopes nº 01, conferidos os conteúdos e rubricados por todos os participantes do ato. A rubrica aposta nos



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

Edital Tomada de Preços nº 003/2017

documentos da fase de habilitação não implicará reconhecimento de validade e regularidade de seu conteúdo, mas apenas de sua existência física.

7.5 - Serão consideradas automaticamente inabilitadas as participantes que não apresentarem a documentação solicitada, apresentarem-na com vícios e defeitos que impossibilitem seu entendimento ou não atendam satisfatoriamente as condições deste Edital.

7.6 - Caso a Comissão Julgadora julgue necessário poderá suspender a reunião para analisar os documentos e julgar a habilitação. Durante este período, os envelopes nº 02 ficarão guardados intactos.

7.7 - Na hipótese de ser divulgado o resultado da Habilitação na sessão de abertura dos ENVELOPES Nº 1 e havendo renúncia expressa de todos os licitantes em interpor recurso será iniciada a Segunda Fase, com a abertura das Propostas de Preços (ENVELOPE Nº 2). Caso contrário, a Comissão suspenderá os trabalhos pelo prazo de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis para eventual interposição de recursos.

7.8 - Abertos os envelopes nº 02, as propostas financeiras serão examinadas e rubricadas pela Comissão e pelos representantes legais presentes.

7.9 - Caso a Comissão Julgadora julgue necessário poderá suspender a reunião para analisar e julgar as propostas.

7.10 - Na hipótese de ser divulgado o resultado da Segunda Fase na própria sessão de abertura do ENVELOPE Nº 2 e havendo renúncia expressa de todos os licitantes em interpor recurso será declarado pelo Presidente da Comissão de Licitação o licitante vencedor; caso contrário a Comissão interromperá os trabalhos pelo prazo de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis para eventual interposição de recursos.

7.11 - A documentação contida nos envelopes abertos não será devolvida às proponentes inabilitadas, permanecendo como parte integrante do processo licitatório.

7.12 - Os envelopes contendo as propostas financeiras das participantes inabilitadas na 1ª fase permanecerão lacrados e anexados na pasta do processo licitatório ou devolvidos ao licitante, após decorridos todos os prazos recursais. Caso os envelopes lacrados não sejam anexados ao processo, eles deverão ser retirados em prazo a ser determinado em ata, caso contrário serão inutilizados.

7.13 - Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar o prazo de 08(oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou nova proposta financeira, conforme Art. 48 § 3º da Lei 8.666/93, cumprindo todas as condições do presente Edital.

8 - DO JULGAMENTO:

8.1 - Durante os trabalhos somente será permitida a manifestação, oral ou escrita, de pessoa devidamente credenciada pela empresa licitante.

8.2 - O critério de aceitabilidade dos preços será **Global**.

8.3 - Para efeitos de julgamento, esta licitação é do **tipo Menor Preço Global** e serão desclassificadas as propostas que apresentarem valores inexequíveis.

8.4 - Para efeitos de classificação, sobre o preço proposto por cooperativa de trabalho, serão acrescidos **15% (quinze por cento)**, incidente sobre o valor bruto, correspondente ao encargo previdenciário a ser suportado pelo Município.

8.5 - Esta licitação será processada e julgada com a observância do previsto nos arts. 43 44 e 48 seus incisos e Parágrafos, da Lei nº 8.666/93.

8.6 - Caso haja erro de soma e/ou multiplicação dos valores da proposta de preços, serão considerados os valores que deram origem ao resultado, sendo este recalculado.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

Edital Tomada de Preços nº 003/2017

8.7 - A abertura dos envelopes "DOCUMENTAÇÃO" e "PROPOSTA FINANCEIRA" serão realizadas em ato público, previamente designado, do qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes e pelos membros da comissão, obrigatoriamente.

8.9 - É facultado ao Presidente da Comissão de Licitação, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do procedimento licitatório.

8.10 - Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e/ou as empresas de pequeno porte na forma da Lei Complementar 123/06.

8.11 - Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor.

8.12 - Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa e/ou empresa de pequeno porte ou cooperativa, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 2(dois) dias, nova proposta, por escrito, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa e/ou empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista na alínea "a" deste item.

c) Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem que será convocada para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.

8.13 - Se nenhuma microempresa e/ou empresa de pequeno porte, satisfizer as exigências do item 8.10 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

8.14 - As demais hipóteses de empate terão como critério de desempate o sorteio, em ato público, com a convocação previa de todos os licitantes. É vedada à utilização de qualquer elemento, característica ou oferta constante das propostas apresentadas pelos licitantes como definição de vencedor ou parâmetro de sorteio.

8.15 - Serão devolvidos os envelopes "PROPOSTA FINANCEIRA" aos licitantes inabilitados, desde que não tenha havido recurso ou após a denegação do mesmo ou ainda, após renúncia expressa de sua interposição.

9 - DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

9.1. As possíveis impugnações pedindo a anulação, revogação ou alteração do presente Edital devem ser interpostas no prazo máximo de 02(dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação.

9.2. Dos atos da Administração, decorrentes do procedimento licitatório e na execução do Contrato Administrativo, cabem os recursos previstos no artigo 109 da Lei 8.666/93.

9.3. Os recursos contra o julgamento da habilitação e proposta financeira terão efeito suspensivo e deverão ser interpostos no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis a partir do julgamento da Comissão Julgadora, devendo ser protocolados junto ao Setor de Protocolo desta Municipalidade.

9.4. Os recursos deverão ser dirigidos à Comissão Julgadora de Licitações, sendo que esta poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de até 05(cinco) dias úteis ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir à Prefeita Municipal, para decisão final, a ser proferida em até 05(cinco) dias úteis do recebimento.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

Edital Tomada de Preços nº 003/2017

9.5. Uma vez interposto recurso, o mesmo será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo, no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis.

9.6. Os documentos (tanto impugnações quanto recursos) deverão ser protocolados em original ou cópia autenticada e, se protocolados via fax símile ou e-mail, os originais deverão ser entregues no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas na Prefeitura Municipal de Presidente Lucena/RS. A responsabilidade de entrega cabe ao interessado, não serão aceitos protocolos fora de prazo, nem mesmo com justificativa por atrasos de responsabilidade de terceiros. Será considerada a data de entrega da correspondência na Prefeitura Municipal (e não a sua postagem).

9.7. A tempestividade da entrega e protocolo dos documentos e do envio via e-mail ou fax considerará o seguinte horário: das 8h às 11:30h e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta.

10 - DA HOMOLOGAÇÃO:

10.1. Encerrada a fase de julgamento da documentação e das propostas, a Comissão adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o processo ao Sr. Prefeito Municipal para que o homologue.

10.2. O Município se reserva o direito de, a qualquer tempo, revogar ou anular o presente processo licitatório, por razões de interesse público advindas de fato superveniente devidamente comprovado ou por atos ilegais durante o procedimento licitatório, sem que assista aos licitantes direito à indenização.

11 - PRAZO PARA A ASSINATURA DO CONTRATO:

11.1. Esgotados todos os prazos recursais, a administração convocará a empresa vencedora para assinar o contrato, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de decair do direito da contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações. O contrato deverá ser assinado pelo representante legal da empresa na sede da Prefeitura Municipal de Presidente Lucena/RS.

12 - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS:

12.1. O prazo para o término da obra é de 30 (trinta) dias, a contar da data de ordem de início que será emitida pela Secretaria Municipal de Obras, após assinatura do contrato.

12.2. Os serviços deverão ser prestados no local indicado no item 1.1 deste edital e o fornecimento do material será de inteira responsabilidade da empresa vencedora.

12.3. Na data de início da obra, a empresa deverá apresentar a matrícula da obra no INSS e a ART de execução.

12.4. É obrigatória a identificação da obra através de placa, sendo que o modelo será fornecido pelo Município. O ônus de confecção da placa é da empresa contratada. A empresa será responsável também pela colocação de todas as instalações provisórias e de sinalização de segurança, sem qualquer ônus adicional ao previsto na planilha.

12.5. A empresa contratada será responsável pelo recolhimento e destinação dos resíduos sólidos, sem ônus adicional ao Município.

13 - DA FISCALIZAÇÃO:

13.1. O Município, através da Secretaria Municipal de Obras, poderá exercer ampla e irrestrita fiscalização dos serviços empreitados, objetivando assegurar a correta execução, considerados o projeto, memorial descritivo, especificações técnicas, a qualidade da mão-de-obra empregada,



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

Edital Tomada de Preços nº 003/2017

materiais, equipamentos, instalações e tudo mais necessário ou recomendável à perfeita execução da obra.

13.2. A fiscalização poderá determinar a substituição de qualquer unidade de material e de tudo mais que julgar necessário, visando a boa qualidade dos serviços empreitados, inclusive relacionados à mão-de-obra, sendo a empresa vencedora obrigada a cumprir quaisquer determinações imediatamente.

13.3. Ocorrendo imperfeições técnicas ou inadequada execução dos serviços poderá ser determinada a renovação dos serviços irregularmente executados, respondendo a empresa vencedora às suas expensas exclusivamente e na forma do artigo 618 do Código Civil por todos os custos, despesas, encargos, demais acréscimos e onerações desses serviços renovados, inclusive nos respectivos materiais e equipamentos, sem direito a qualquer indenização, compensação, perdas e danos ou reajustamento dos respectivos preços unitários em desconformidade a proposta financeira ou em caráter complementar, consoante antes estabelecido.

13.4. A fiscalização não eximirá a empresa vencedora de quaisquer das obrigações assumidas, inclusive nas hipóteses de eventual tolerância ou omissão, as quais não ilidirão sua responsabilidade.

14 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

14.1. A empresa vencedora ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93 sobre o valor inicial contratado.

14.2. O Município se reserva o direito de, a qualquer tempo, revogar ou anular o presente processo licitatório, por razões de interesse público advindas de fato superveniente devidamente comprovado ou por atos ilegais durante o procedimento Licitatório, sem que assista aos licitantes direito à indenização.

14.3. As questões não previstas neste Edital serão resolvidas pela Comissão Julgadora com base nas normas jurídicas e administrativas que forem aplicáveis e nos princípios gerais de direito.

14.4. O Comunicado de abertura de licitação, o resultado do presente certame e demais atos pertinentes, como intimações, comunicados e outros relativos à licitação presente, serão formalizados através de publicação no mural constante na sede da Prefeitura do Município e através do site www.presidentelucena.rs.gov.br, ressalvadas as comunicações diretas com o licitante vencedor que poderão ser realizadas por correspondência eletrônica.

14.5. As despesas decorrentes do presente procedimento correrão à conta de recursos orçamentários como segue:

05 SECRET. DE OBRAS E VIAÇÃO

02 DPTO DE OBRAS

26.782.0110.2027. Manutenção de Pontes e Pontilhões

3.3.3.9.0.30.00.000000 Material de consumo - Conta nº 52200

3.3.3.9.0.39.00.000000 Outros serviços de terc. - p. jur. - Conta nº 52300

14.6. Compõem ainda o presente Edital:

Anexo I – Modelo de credenciamento

Anexo II – Modelo declaração de concordância com o edital

Anexo III – Modelo Declaração de regularidade para com o Ministério do Trabalho

Anexo IV – Modelo declaração da inexistência de fato impeditivo

Anexo V – Modelo declaração de inexistência de servidor em seu quadro societário



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

Edital Tomada de Preços nº 003/2017

Anexo VI – Memorial descritivo
Anexo VII – Planilha orçamentária
Anexo VIII – Modelo Proposta Financeira
Anexo IX – Minuta do contrato

Presidente Lucena, 12 de setembro de 2017

Este edital foi devidamente examinado
e aprovado por esta Assessoria Jurídica.

Magda Carboni
OAB/RS 72.802

GILMAR FÜHR
Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se

César Alberto Karling
Secretário da Fazenda e Planejamento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

Edital Tomada de Preços nº 003/2017

ANEXO I - MODELO DE CREDENCIAMENTO

A/C
COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PREF. MUNIC. DE PRESIDENTE LUCENA
TOMADA DE PREÇOS EDITAL Nº 003/2017

Através do presente, credenciamos o (a) Sr.(a),
portador(a) da Cédula de Identidade n.º e CPF n.º, a
participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Presidente Lucena, na modalidade
Tomada de Preços, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes
para pronunciar-se em nome da empresa, CNPJ
nº, e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

() inclusive assinatura do contrato e seus aditivos.

() exceto assinatura do contrato e seus aditivos.

Marcar somente uma das opções acima.

..... de de 20.....

.....
Assinatura do dirigente da empresa
(firma reconhecida como pessoa jurídica)

.....
Nome legível do dirigente da empresa



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

Edital Tomada de Preços nº 003/2017

ANEXO II – MODELO DECLARAÇÃO CONCORDÂNCIA DO EDITAL

A/C
COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PREF. MUNIC. DE PRESIDENTE LUCENA
TOMADA DE PREÇOS EDITAL Nº 003/2017

Declaro, para fins previstos neste Edital que a empresacom sede na , cidade de , inscrita no CNPJ nº , tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação e concorda com todos os termos do Edital supracitado.

Local e data.

Assinatura do Representante Legal da Empresa



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

Edital Tomada de Preços nº 003/2017

ANEXO III – MODELO DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PARA COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO

A/C
COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PREF. MUNIC. DE PRESIDENTE LUCENA
TOMADA DE PREÇOS EDITAL Nº 003/2017

DECLARAÇÃO – EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

DECLARO, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal, e, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (...).
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Por ser verdade assina a presente.

(Data)

(Representante Legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

Edital Tomada de Preços nº 003/2017

ANEXO IV – MODELO DECLARAÇÃO INEXISTÊNCIA FATO IMPEDITIVO

A/C
COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PREF. MUNIC. DE PRESIDENTE LUCENA
TOMADA DE PREÇOS EDITAL Nº 003/2017

Declaro para os devidos fins e a quem possa interessar para fins de cadastro e habilitação, junto a Prefeitura Municipal de Presidente Lucena, que a empresa....., CNPJ nº.....que não há fato impeditivo e não está sob efeito das penalidades administrativas com nenhum órgão da Administração pública.

Local e data.

Assinatura do Representante Legal da Empresa



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

Edital Tomada de Preços nº 003/2017

ANEXO V – NÃO EMPREGA SERVIDOR PÚBLICO

A/C
COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PREF. MUNIC. DE PRESIDENTE LUCENA
TOMADA DE PREÇOS EDITAL Nº 003/2017

MODELO DE DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que a empresa.....
CNPJ.....não possui em seu quadro societário servidor público da ativa,
ou empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista.

Local e data

Assinatura do Dirigente do Ente/Entidade proponente
(com identificação)



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

Edital Tomada de Preços nº 003/2017

ANEXO IX - MINUTA TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Tomada de Preços Edital nº 003/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 047/2017

TERMO DE CONTRATO que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA-RS**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Ipiranga, nº 375, centro, na cidade de Presidente Lucena-RS, com CNPJ nº 94.707.494/0001-92, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. CPF nº....., residente na Rua..... na cidade de Presidente Lucena-RS, estado civil, profissão, doravante denominado simplesmente doravante nominado **CONTRATANTE** e, de outro lado à empresa..... doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por..... CPF..... residente domiciliado em..... estado civil, profissão, por este instrumento e na melhor forma de direito em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e demais alterações, têm justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de Reforma de uma Ponte Metálica de 18,00 m de Extensão, 4,00 m de Largura e 3,50 m aproximados de Altura, localizada sobre o Arroio Veado, na Rua Erny Oswino Prass, localidade de Picada Schneider. Com o fornecimento dos materiais e mão de obra para a execução dos serviços, tudo de acordo com a planilha orçamentária em anexo ao edital.

1.2 – O objeto dessa licitação será executado em regime de empreitada global.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS

2.1. O prazo para o término da obra é de 30 (trinta) dias, a contar da data de ordem de início que será emitida pela Secretaria Municipal de Obras após assinatura deste contrato.

2.2. Na data de início da obra, a empresa deverá apresentar a matrícula da obra no INSS e a ART de execução.

2.3. É obrigatória a identificação da obra através de placa, sendo que o modelo será fornecido pelo contratante. O ônus de confecção da placa é da contratada. A contratada será responsável também pela colocação de todas as instalações provisórias e de sinalização de segurança, sem qualquer ônus adicional ao previsto na planilha.

2.4. A contratada será responsável pelo recolhimento e destinação dos resíduos sólidos, sem ônus adicional ao contratante.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1 – O objeto deste contrato deverá ser executado conforme planilha orçamentária e demais especificações contidas neste Contrato e no Edital de Licitação TP 003/2017, independente de transcrição.

3.2 – No transcorrer das obras, o Contratante poderá, a seu critério, rejeitar materiais inadequados ou em desacordo com as especificações. O contratante rejeitará, no todo ou em parte, obra ou serviço, quando em desacordo com o contrato. Todos os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, ABNT e outras, para a boa execução do objeto do contrato, correm por conta do contratado.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

Edital Tomada de Preços nº 003/2017

3.3 – Na eventual impossibilidade de emprego de algum material especificado, a Contratada encaminhará a fiscalização, por escrito, a justificativa para a substituição de tais materiais por equivalentes ou superiores em qualidade.

3.4 – Ficam reservados ao Contratante o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular não previsto nas especificações, nos projetos e nas normas, e em tudo o mais que, de qualquer forma, se relacionar direta ou indiretamente com a obra em questão.

3.5 – A Contratada fica obrigada aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado inicialmente, devidamente atualizado.

3.6 – Nenhuma alteração do projeto poderá ser produzida unilateralmente pela Contratada, ficando toda e qualquer eventual alteração subordinada à prévia e expressa autorização do Contratante. Entretanto, para melhor adequá-lo às finalidades de interesse público, poderá a contratante alterar o projeto, resguardado os direitos da contratada.

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

4.1. O valor global do presente contrato, o qual corresponde à execução dos serviços, fornecimento dos materiais, a utilização dos equipamentos, instalações e todos os demais encargos, custos diretos e indiretos desta empreitada, inclusive tributos, contribuições sociais e encargos trabalhistas é de **R\$ _____**(_____). Deste valor, o montante relativo aos materiais é de **R\$ _____**(_____) e o total da mão de obra é de **R\$ _____**(_____).

4.2. Os pagamentos serão efetuados após a conclusão total, mediante apresentação das respectivas Notas Fiscais e sua subsequente aceitação.

4.3. As Notas Fiscais/Faturas emitidas pela contratada deverão conter, em local de fácil visualização, a indicação do número da respectiva Tomada de Preços, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do objeto e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

4.4 O valor contratado é fixo e irredutível pelo prazo de duração do contrato, excetuando a hipótese de manutenção do equilíbrio econômico financeiro decorrente de fato superveniente desde que não contrário ao interesse público e ao princípio da economicidade, devidamente comprovado.

4.5 O pagamento será efetuado nas modalidades “ordem de pagamento bancária” ou “duplicata em carteira”, devendo a adjudicatária indicar o número de sua conta corrente, agência e banco correspondente. O pagamento poderá ser feito em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota. Quando for o caso, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura a ser pago, será efetuado a retenção prevista nos termos das Instruções Normativas do INSS e da Receita Federal.

CLÁUSULA QUINTA: DA ENTREGA DA OBRA

5.1. Decorrido o prazo fixado para a conclusão, havendo plena e efetiva satisfação de todas as obrigações assumidas e comprovada a perfeição dos serviços executados, o contratante expedirá o termo definitivo de recebimento da obra.

5.2. Não obstante a expedição do termo definitivo, a contratada responderá pela solidez e segurança dos serviços executados e eventuais vícios ocultos, inclusive no atinente aos materiais e equipamentos empregados e aplicados na obra, durante o prazo de 5(cinco) anos, em consonância com o Artigo 618 do Código Civil Brasileiro e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie.

5.3. A liberação da garantia contratual não isenta a responsabilidade da contratada. Da mesma forma, em não sendo suficiente a garantia contratual, permanece resguardado o direito do contratante em promover a devida cobrança administrativa e judicial tanto em relação às penalidades contratuais, quanto em relação aos danos gerados.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

Edital Tomada de Preços nº 003/2017

CLÁUSULA SEXTA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e a aplicação das penalidades previstas em Lei e no contrato. Constituem motivo para rescisão do contrato, as hipóteses previstas no artigo 78, incisos I a XVIII, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS PENALIDADES

16.1. Nos termos do disposto nos art. 87 e 88 da Lei 8.666/93 pela inexecução parcial ou total dos termos deste Edital, O MUNICÍPIO poderá aplicar ao LICITANTE as seguintes penalidades, sempre garantida à prévia defesa em processo administrativo.

I. Advertência por escrito, quando se tratar de pequena irregularidade;

II. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município de Presidente Lucena, por prazo não superior a 02(dois) anos;

III. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinados da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

IV. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da proposta/contrato, por dia, em caso de descumprimento do prazo de entrega limitada a dez dias. Após o período de dez dias será considerado o descumprimento contratual, aplicando-se multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta/contrato e sujeitando-se às penas dos incisos II e III.

V. Multa de 10% sobre o valor total da proposta/contrato para os casos de descumprimento contratual, fraude à execução, não manutenção da proposta, além das penas dos incisos II e III.

VI. Em caso de multa é assegurado ao Município o direito de deduzir o valor dela de qualquer pagamento a que fizer jus a empresa vencedora ou cobrá-la pela via administrativa ou judicial.

VII. Pela recusa em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido, será imputada a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor proposto (valor total do contrato) ao licitante vencedor.

CLÁUSULA OITAVA: DA FISCALIZAÇÃO

8.1 O Município, através da Secretaria Municipal de Obras, poderá exercer ampla e irrestrita fiscalização dos serviços empreitados, objetivando assegurar a correta execução, considerados o projeto, memorial descritivo, especificações técnicas, a qualidade da mão-de-obra empregada, materiais, equipamentos, instalações e tudo mais necessário ou recomendável à perfeita execução da obra.

8.2 A fiscalização poderá determinar a substituição de qualquer unidade de material e de tudo mais que julgar necessário, visando a boa qualidade dos serviços empreitados, inclusive relacionados à mão-de-obra, sendo a empresa vencedora obrigada a cumprir quaisquer determinações imediatamente.

8.3 Ocorrendo imperfeições técnicas ou inadequada execução dos serviços poderá ser determinada a renovação dos serviços irregularmente executados, respondendo a empresa vencedora às suas expensas exclusivamente e na forma do artigo 618 do Código Civil por todos os custos, despesas, encargos, demais acréscimos e onerações desses serviços renovados, inclusive nos respectivos materiais e equipamentos, sem direito a qualquer indenização, compensação, perdas e danos ou



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

Edital Tomada de Preços nº 003/2017

reajustamento dos respectivos preços unitários em desconformidade a proposta financeira ou em caráter complementar, consoante antes estabelecido.

8.4 A fiscalização não eximirá a empresa vencedora de quaisquer das obrigações assumidas, inclusive nas hipóteses de eventual tolerância ou omissão, as quais não ilidirão sua responsabilidade.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO

Executado o contrato, seu objeto será recebido DEFINITIVAMENTE, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços prestados e consequente aceitação, mediante recibo.

a) PROVISORIAMENTE, pelos responsáveis por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes dentro de 15 (quinze) dias, contados da comunicação escrita da Contratada.

b) DEFINITIVAMENTE, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

§ 1º - O recebimento provisório ou o definitivo não excluem a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

§ 2º - O prazo a que se refere à alínea 'b' desta Cláusula, não poderá ser superior a 90 (noventa) dias.

§ 3º - Todos os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais, para a boa execução do objeto do contrato, correm por conta da Contratada.

§ 4º - O Contratante rejeitará, no todo ou em parte, obra ou serviços quando em desacordo com o contrato.

§ 5º A empresa vencedora deverá se colocar a disposição para fornecer eventuais informações e esclarecimentos solicitados.

§ 6º Decorrido o prazo fixado para a conclusão do objeto, havendo plena e efetiva satisfação de todas as obrigações assumidas e comprovada a perfeição dos serviços executados, o Município expedirá o termo definitivo de recebimento da obra.

§ 7º Não obstante a expedição do termo definitivo, a empresa vencedora responderá pela solidez e segurança dos serviços executados, eventuais vícios ocultos, inclusive no atinente aos materiais e equipamentos empregados e aplicados, durante o prazo de 5(cinco) anos, em consonância com o Artigo 618 do Código Civil Brasileiro e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie.

§ 8º A liberação da garantia não isenta a responsabilidade da empresa vencedora. Da mesma forma, em não sendo suficiente a garantia contratual, permanece resguardado o direito do Município em promover a devida cobrança administrativa e judicial tanto em relação às penalidades contratuais, quanto em relação aos danos gerados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes com a presente contratação correrão por conta de seguinte dotação orçamentária:

05 SECRET. DE OBRAS E VIAÇÃO

02 DPTO DE OBRAS

26.782.0110.2027. Manutenção de Pontes e Pontilhões

3.3.3.9.0.30.00.000000 Material de consumo - Conta nº 52200

3.3.3.9.0.39.00.000000 Outros serviços de terc. - p. jur. - Conta nº 52300



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

Edital Tomada de Preços nº 003/2017

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

Para dirimir eventuais dúvidas suscitadas pelos termos do presente instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Ivoti - RS. E, por estarem acordes, as partes firmam o presente instrumento, em duas (02) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Presidente Lucena.....de..... de 2017.

P/ Contratante

P/Contratado

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS